

Este material foi testado com as seguintes questões de acessibilidade:

- PDF lido por meio do software *NVDA* (leitor de tela para cegos e pessoas com baixa visão);
- Guia da *British Dyslexia Association* para criar o conteúdo seguindo padrões como escolha da fonte, tamanho e entrelinha, bem como o estilo de parágrafo e cor;
- As questões cromáticas testadas no site *CONTRAST CHECKER* (<https://contrastchecker.com/>) para contraste com fontes abaixo e acima de 18pts, para luminosidade e compatibilidade de cor junto a cor de fundo e teste de legibilidade para pessoas daltônicas.

Cultura nas Universidades: uma Análise do Programa mais Cultura nas Universidades

Culture at Universities: an Analysis of the more Culture at Universities Program

Cultura en las Universidades: un Análisis del Programa más Cultura en las Universidades



Camila Cestari Cerreti

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

camilacestari@live.com



José Márcio Barros

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil

josemarciobarros@gmail.com

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar, em um breve panorama, a trajetória do Programa Mais Cultura nas Universidades. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão de literatura acerca dos temas cultura e universidade, além da abordagem referente às políticas culturais e às políticas de educação. Além disso, utilizou da análise documental, para levantamento de informações e dados institucionais públicos relacionados ao Programa, às políticas interministeriais e transversais e seus marcos regulatórios. O texto aborda o processo de gestão do Programa, tomando-o como uma política indutora do Ministério da Educação em articulação com o extinto Ministério da Cultura, além de problematizar a demanda fomentada pelos Planos de Cultura Universitários e o encerramento do referido Programa. Tendo sido um desafio pioneiro, para todos os entes envolvidos neste processo, a gestão desta política interministerial, o estudo registra sua

memória e evidencia a complexidade do estabelecimento de estratégias para legitimação do lugar da cultura no ensino superior e traz reflexões propositivas sobre sua modalidade de financiamento.

Palavras-chave: Política Pública Cultural. Programa Mais Cultura nas Universidades. Universidade. Cultura. Educação.

Abstract: This article aims to analyze, in a brief overview, the trajectory of the *Mais Cultura nas Universidades* (More Culture in Universities) Program. The authors, based on document analysis, through public institutional data related to the Program, in a literature review on cultural, education and bibliographic research policies related to the themes of culture and university, interministerial and transversal policies, and also to national and international regulatory policy, from UNESCO, study the management process of this inducing policy based on the political construction of the Ministry of Education in conjunction with the Ministry of Culture for this implementation, the demand fostered by University Culture Plans, until the end of the aforementioned Program. Since the management of this interministerial policy was a pioneering challenge for all entities involved in this process, the study records its memory and highlights the complexity of establishing strategies to legitimize the place of culture in higher education and brings purposeful reflections on its financing modality.

Keywords: Cultural Public Policies. More Culture at Universities Program. University. Culture. Education.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar, de forma breve, la trayectoria del Programa Mais Cultura nas Universidades (Más Cultura en las Universidades). Los autores, a partir del análisis documental, a través de datos institucionales públicos relacionados con el Programa, en una revisión de literatura sobre políticas culturales, educativas y de investigación bibliográfica relacionadas con los temas de cultura y políticas universitarias, interministeriales y transversales, y también a los marcos regulatorios nacionales e internacionales, desde La UNESCO, estudian el proceso de gestión de esta política inductora a partir de la construcción política del Ministerio de Educación

en conjunto con el Ministerio de Cultura para su implementación, en la demanda impulsada por los Planes de Cultura Universitaria, hasta el final del Programa mencionado. Dado que la gestión de esta política interministerial fue un desafío pionero para todas las entidades involucradas en este proceso, el estudio registra su memoria y resalta la complejidad de establecer estrategias para legitimar el lugar de la cultura en la educación superior y aporta reflexiones útiles sobre su modalidad de financiación.

Palabras clave: Políticas Públicas Culturales. Programa Más Cultura en las Universidades. Universidad. Cultura. Educación.

Data de submissão: 02/11/2021

Data de aprovação: 30/11/2021

Introdução

Uma forma concisa de se definir a cultura é tomá-la como tudo aquilo que no comportamento humano é fruto de algum tipo de processo de aprendizagem. Com a ajuda de Edgar Morin, pode-se considerar a cultura como o:

[...] conjunto dos saberes, fazeres, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. (MORIN, 2001, p 56)

Decorre desta perspectiva, a possibilidade de se estabelecer uma tríplice conexão entre cultura e educação. Em primeiro lugar, a relação mais que intrínseca é fundante. Ou seja, não há a possibilidade de se pensar uma sem a outra, na medida em que, ambas constituem um conjunto de valores, de representações e de práticas que expressam modelos ideais de existência e convivência humana. Em segundo lugar, cultura e educação, se apresentam como direitos inalienáveis de cada indivíduo, caracterizando-se como condições essenciais para a constituição e exercício pleno da cidadania. Em terceiro lugar, se entendemos por educação os processos formais e informais que buscam desenvolver no sujeito capacidades cognitivas, subjetivas e técnicas para o pleno desenvolvimento de suas competências para a vida em sociedade, a cultura figura aqui como uma espécie de moldura, dentro da qual a educação se desenvolve.

A despeito desta relação intrínseca, quando transportamos a análise para o campo das políticas públicas no Brasil, aquilo que parece indissociável e orgânico

enquanto fenômeno assume um caráter de fragmentação e distanciamento. Mesmo quando da existência do Ministério da Educação (MEC) e do MinC, a articulação entre ambas era caracterizada pela fragilidade e exterioridade. A cultura sempre se constituiu como uma espécie de dimensão secundária da educação.

A política cultural no Brasil possui uma história que remonta o período colonial e que expressa diferentes contextos ideológicos e políticos. A criação em 1810 da Real Biblioteca por D. João VI que transferiu para o Brasil livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas, tornando-se o núcleo original da Biblioteca Nacional e o início de atividades artísticas e culturais por meio da criação de outras instituições como o Museu Histórico Nacional são marcos históricos importantes. Entretanto, o início da conformação efetiva de políticas públicas de cultura acontece mais de cem anos depois, durante o Estado Novo e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder com seu projeto de um novo país ancorado na urbanização, industrialização e na construção de uma identidade nacional. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, da Universidade do Brasil, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e do Instituto Nacional do Livro, são alguns exemplos deste projeto de “[...] modernizar a educação, incentivar a pesquisa e preservar as raízes culturais brasileiras [...]”. (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2020, s.p.)

De forma sintética pode-se reconhecer seis grandes tendências das políticas culturais no Brasil, marcadas por instabilidades, descontinuidades, avanços e retrocessos decorrentes, em grande parte de sua baixa

institucionalidade, da pouca adesão e participação da sociedade na sua construção e do alto grau de informalidade e instabilidade do campo da cultura. Assim, temos dos anos de 1930, com a chamada Era Vargas até o Golpe Militar de 1964, a ênfase na valorização do patrimônio histórico e artístico e, a despeito da criação do Conselho Nacional de Cultura, o atrelamento da cultura às políticas educacionais e a busca da democratização do acesso aos chamados bens culturais. Entre 1964 e 1979, período em que o país viveu sob um regime autoritário e militar, a censura e a expansão dos meios de comunicação para concretização de uma unidade nacional, são características marcantes. Retomado nesta época, o processo de institucionalização das políticas culturais foi marcado pela ausência da participação da diversidade de atores e expressões culturais. O Estado construiu sua gestão da cultura com o objetivo estratégico de utilizá-la como instrumento tático de legitimação do poder autoritário. Segundo Albino Rubim, o período se distingue pela rigidez com que os governantes militares buscaram controlar os meios de comunicação audiovisual para a reprodução da ideologia oficial (BARBALHO; RUBIM, 2007).

Posteriormente, o movimento de redemocratização do cenário político oportunizou a criação do Ministério da Cultura (MinC), uma pasta a serviço da instituição das políticas públicas culturais brasileiras, embora ainda frágil, visto que o:

Decorre desta perspectiva, estabelecimento do novo ministério veio acompanhado de uma série de problemas, tais como: perda da autonomia, superposição de poderes, ausência de linha de atuação política, disputa de cargos, clientelismo, entre outros. (CALABRE, 2005, p. 07)

O reflexo deste processo inicial na atuação do MinC ao longo dos anos subsequentes tornou perceptível o quanto o pensamento sobre a cultura precisava ser necessariamente aprofundado para fundamentar o desenvolvimento da gestão das políticas públicas no sentido de atingir uma perspectiva de gestão mais democrática, participativa e inclusiva.

A criação do MinC em 1985 possui, portanto, uma característica ambígua. Por um lado, é decorrência do movimento social de redemocratização da sociedade brasileira: artistas, intelectuais e secretários estaduais de cultura reivindicaram o reconhecimento da importância da cultura neste processo e a criação de uma pasta específica. Por outro, sua efetivação, longe de ser a expressão da necessidade de um novo arranjo institucional, dado o volume e a qualidade das ações, programas e políticas culturais desenvolvidas de forma integrada e complementar, revelava a fragilidade da relação entre ambas.

Trinta anos depois, as duas instituições, apesar de expressarem disponibilidades e propostas distintas, buscaram entre os anos 2011 e 2016 superar seus distanciamentos históricos e estruturais. No campo da cultura, que aqui nos interessa de perto, o processo de institucionalização das políticas culturais por meio da criação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e da

construção do Plano Nacional de Cultura (PNC) evidenciava a necessidade e a oportunidade de promover, de forma inédita, a aproximação e integração entre as duas pastas e suas políticas. O Programa Mais Cultura nas Universidades (PMCU), que aqui é objeto de análise, junto ao Programa Mais Cultura nas Escolas e ao PRONATEC Cultura, expressam uma tentativa de produzir uma nova aproximação e articulação entre as políticas culturais e as políticas de educação no país.

Vejamos como isso se deu.

O Programa Mais Cultura nas Universidades: Os Ambientes de Construção e os Desdobramentos de sua Efetivação

A criação do PCMU foi fundamentada nas diretrizes que nortearam o embasamento das políticas culturais nacionais nas duas primeiras décadas dos anos 2000 e tinham os seguintes objetivos:

concretizar o aproveitamento e aprimoramento das ações e programas que propiciem o amadurecimento do diálogo entre cultura e educação; e promover a integração entre educação e cultura com vistas a fazer da escola o grande espaço para a circulação da cultura brasileira, para o acesso aos bens culturais e para o respeito à diversidade e pluralidade da cultura nacional. (BRASIL, 2013, s.p.)

Com esta intenção, através do Acordo de Cooperação Técnica 001/2011, foi firmada parceria entre o MEC e o MinC, onde ambos firmaram o compromisso em desenvolver ações síncronas para a instituição de uma

política transversal que contribuísse com o avanço nacional a partir do desenvolvimento cultural.

Constituiu-se como o desafio central deste acordo interministerial o desenvolvimento de uma política nacional de articulação entre educação e cultura, que promovesse o reconhecimento das artes como campo do conhecimento e dos saberes culturais como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo. Posterior ao advento do Acordo de Cooperação Técnica, foi formada, no primeiro semestre de 2012, a Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura da Secretaria de Políticas Culturais do MinC, responsável pelo desenvolvimento de políticas conjuntas. O projeto era o de reconectar a cultura, a educação e a comunicação, não mais com os objetivos que caracterizaram as iniciativas da Era Vargas ou da Ditadura Militar, mas como forma de reconhecer e promover a diversidade cultural. O objetivo era promover convergências entre o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Plano Nacional de Educação (PNE), e as políticas de comunicação.

Em abril de 2013 o MEC, em parceria com o MinC e o Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORPROEXT), realizou o *I Seminário Cultura e Universidade – Bases para uma Política Nacional de Cultura para as Instituições de Ensino Superior*. Realizado em Salvador/BA e com o objetivo de avaliar ações que estavam em desenvolvimento, tais como, a agenda de formação de gestores de cultura na Secretaria de Articulação Institucional mediante a instalação progressiva do Sistema Nacional de Cultura; A criação do Observatório Brasileiro de Economia Criativa e o incremento da formação voltada aos setores criativos da cultura pela Secretaria da Economia Criativa em

parceria com Universidades Federais; o desenvolvimento de diversas parcerias, como a do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no ensino e na pesquisa, na Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural; e, em especial, por meio de sua Diretoria de Educação e Comunicação para Cultura, que constituiu-se como locus importante de articulação transversal da educação e da cultura, na Secretaria de Políticas Culturais, tendo sido responsável pela pactuação das ações que resultaram, em 2011, na assinatura do Acordo de Cooperação entre o MinC e o MEC.

O evento também objetivou discutir novas parcerias entre o MinC e as universidades públicas, visando a construção de políticas culturais para o ensino superior brasileiro. Considerando a universidade como uma instituição central para o desenvolvimento social, este seminário pretendeu contribuir para a retomada de uma maior e melhor presença da cultura nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IES). Além de sensibilizar, mobilizar e articular as IES para dialogar sobre ações que pudessem consolidar políticas de desenvolvimento da cultura nas universidades públicas, por meio de programas de pesquisa, formação e extensão em cultura e arte. Neste sentido, com base nos dados fornecidos pelo MinC na publicação da *Revista 1º Seminário Cultura e Universidade: Bases para uma Política Nacional de Cultural para as Instituições de Ensino Superior*, foram realizadas mesas temáticas, com a participação de segmentos do governo e das universidades sobre os seguintes temas:

- Mesa de abertura: *Construindo diretrizes para uma política pública de cultura para as Universidades.*
- Mesa 1: *Diversidade na Universidade – Parcerias.*
- Mesa 2: *A Formação de Gestores Culturais e o Sistema Nacional de Cultura.*
- Mesa 3: *Uma política para acervos digitais e a interface com a educação.*
- Mesa 4: *O desafio da expansão do ensino, da pesquisa e da extensão em arte e cultura.*
- Mesa 5: *Perspectivas para formação em competências criativas.*

As mesas pretendiam provocar e articular os temas que alimentaram o debate nos grupos de trabalho (GTs). Foram sete GTs organizados no evento, que abordaram assuntos como o desenvolvimento da arte e da cultura, diversidade cultural, meios de comunicação e cultura, formação de profissionais para o setor criativo, gestão cultural, direitos autorais, recursos educacionais abertos, equipamentos culturais e circulação da produção de arte e cultura. Estas foram as principais pautas desse amplo diálogo, reforçando a ideia da Universidade como um polo de produção, difusão e circulação cultural.

No total, os GTs apresentaram cerca de 144 propostas de ação. Dentre elas, destacamos a seguir, no *Quadro I*, as que apontavam para conteúdos que dialogavam com as diretrizes do PMCU:

QUADRO I: Sistematização das propostas do I Seminário Cultura e Universidade que mais dialogam com as diretrizes do PMCU.	
GRUPOS DE TRABALHO	PROPOSTAS
<p>GT 1: <i>Desafio da Expansão do Ensino, da Pesquisa e da Extensão em Arte e Cultura.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar interfaces para as questões culturais nas redes das universidades. - Ampliar a percepção da universidade para a atuação na cultura além do campo da extensão, pontuando suas demandas e possibilidades no campo da pesquisa e da formação, graduação e pós-graduação. - Potencializar os equipamentos culturais universitários abrindo-os para a comunidade e para novos cursos. - Criar espaços de diálogo e sinergia entre as universidades, com o objetivo de promover a visibilidade das ações realizadas. - Promover a articulação entre as instituições de ensino com o objetivo de fortalecer as universidades com infraestrutura reduzida, e que poderão ter dificuldades para ampliar seus cursos, e atender a demanda dos programas de cultura. - Fortalecer a institucionalização da interlocução do MinC com o MEC. - Estimular a abordagem transdisciplinar dos temas da arte e da cultura em todos os níveis de formação universitária. - Estabelecer espaços de interlocução regionais e nacionais entre o MinC e MEC. - Abrir a infraestrutura instalada nas instituições federais de ensino superior (salas de aula, laboratórios, auditórios, etc.) para uso de atividades culturais e formação em cultura da comunidade externa.
<p>GT 4: <i>Diversidade na Universidade.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> - Incluir mestres na área de ensino obrigatório de música. - Fomentar o diálogo entre CAPES, CNPq, MinC e MEC para o fortalecimento, valorização e reconhecimento das práticas extensionistas. - Criar um programa de fomento de projetos interinstitucionais, extensão, interdisciplinares e interculturais que contemple ações associadas entre instituições acadêmicas e outras organizações socioculturais. - Impulsionar a realização de um seminário para a elaboração de uma carta de princípios. - Criar um grupo de trabalho intercultural para dar visibilidade às práticas pedagógicas bem sucedidas no campo da diversidade cultural.

	<ul style="list-style-type: none">- Apresentar, visibilizar e fomentar a pedagogia Griô, como referência pedagógica entre a tradição oral e o ensino formal.
GT 6: <i>Equipamentos Culturais e Circulação da Produção Artística e Cultural.</i>	<ul style="list-style-type: none">- Proporcionar incentivos para que artistas, agentes culturais, gestores, produtores, técnicos e especialistas possam atuar diretamente na formação acadêmica dos estudantes.- Garantir programas que incentivem a integração entre projetos culturais nos âmbitos universitários e comunitários.- Incentivar residências artísticas e culturais de estudantes nas comunidades e das comunidades nas universidades.- Definir linhas de incentivo para circulação e acesso à produção cultural universitária em equipamentos e espaços culturais já existentes, assim como incentivar a formação de redes, circuitos e festivais universitários.- Incentivar a circulação da produção artística não universitária no âmbito universitário.- Incentivar criação de fóruns regionais, estaduais, e nacionais que potencializem a interação entre as produções culturais e artísticas das universidades, ampliem as possibilidades de intercâmbios e o aprofundamento das propostas políticas voltadas para cultura e educação, a partir das realidades locais.- Garantir instrumentos que amparem legalmente a implementação da política de cultura e universidade (efetivar a Portaria 70 do MinC de junho 2010).- Criar mecanismos de gestão compartilhada de equipamentos e grupos artísticos culturais entre as universidades e a comunidade.

FONTE: REVISTA 1º SEMINÁRIO CULTURA E UNIVERSIDADE: Bases para uma Política Nacional de Cultural para as Instituições de Ensino Superior. MinC/UFBA: 2014.

Todo este trabalho contribuiu diretamente para a formulação do PMCU, entretanto, para consolidar este intento, foram necessários dois anos na construção de articulações entre as IES, de forma a possibilitar um ambiente mais propício à articulação de uma parceria, capaz de facilitar a efetivação de uma política pública nacional entre MEC e MinC.

Depois de realizado o *Seminário Cultura e Universidade*, as escolas, institutos e faculdades de artes das universidades públicas expressaram seu descontentamento por não sentirem-se representados significativamente no evento. Sendo assim, sensível à relevância da demanda, o MinC, em parceria com o Fórum de Pro Reitores de Extensão (FORPROEX) e a Universidade Federal de Ouro Preto, realizou em março de 2014 um outro evento, o *I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes* de forma a reunir as demandas e contribuições dos gestores de cursos de artes.

A *Carta de Ouro Preto* apresentou as demandas do setor foi o principal produto síntese deste encontro. Os dirigentes dos cursos de formação em artes, que estiveram presentes no encontro, chamaram atenção para a:

...necessidade de implementação de condições adequadas para o pleno exercício da nossa sensibilidade, do nosso potencial criativo traduzido também, em nossa prática docente que, por sua vez, precisa alçar voo e romper com as estruturas de valores que imobilizam, emudecem, apagam e minam nossas ações. (ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR DAS ARTES, 2014, s.p.)

Em tom crítico e propositivo, afirmavam suas necessidades se posicionavam no espaço político e institucional universitário, como evidencia este trecho do documento:

Já somos capazes de estabelecer uma discussão madura sobre Arte no Brasil. Os diferentes grupos, discutindo suas especificidades, chegaram a um apontamento comum que nos impele à criação de um espaço contínuo de diálogo, avaliação e proposição de ações. Então, sem imaginar a dimensão que teria, o I Encontro Nacional do Ensino Superior das Artes, ancorado na proposição da efetivação de diálogo motivado pela publicação da Portaria Interministerial, nº 18, de 18 de dezembro de 2013, acabou por descortinar questões que demandavam ações que há muito permaneciam conditas nas celas individuais dos nossos cotidianos. (ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR DAS ARTES, 2014, s.p.)

A promoção de políticas culturais para (e nas) universidades sempre foi uma demanda vigente e, com o aumento do número de universidades, de vagas e de cursos, especialmente após o Programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), acelerou o processo de maturação da demanda. Antes do acordo interministerial de 2011, a inserção do MinC no ensino superior não tinha continuidade, limitando-se a ações pontuais, com apoio a projetos e pesquisas acadêmicas e descentralização de recursos para Seminários. O PMCU buscou inaugurar um marco formal das políticas públicas da área cultural dentro do ensino superior, traçando perspectivas políticas de longo prazo, compreendendo a necessidade de realizar ações que contemplassem o fomento e a efetivação de políticas culturais nas Universidades.

O PMCU foi instituído através da Portaria MEC/MinC nº 18, publicada em dezembro de 2013, fundamentado nos artigos 205, 206, 207, 208, 214, 215, 216 e 216-A da Constituição Federal, onde se afirma que “o Estado garantirá a todos o direito à educação e o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, apoiará e

incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988, s.p.). Também considerou a existência do Plano Nacional de Educação, o Plano Nacional de Cultura e o próprio Sistema Nacional de Cultura, pautando a integração necessária entre cultura e educação para o fortalecimento do campo artístico e cultural no país.

Após a fase de articulação e debates que formularam as diretrizes e bases do PMCU, anteriormente apresentadas, foi constituída a *Comissão Interministerial - Cultura e Educação*, sendo responsável pela implantação da portaria supracitada, instituindo o PMCU e o *Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura*, nomeado pela portaria interministerial nº 06, de 29 de maio de 2014, que recebeu as propostas das Universidades para elaborar o edital do Programa. A comissão foi anunciada no caput do Art. 7º, da portaria interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013, que cria o “Comitê Técnico, pelos Ministérios da Educação e da Cultura, especificamente para os fins do Programa, e basear-se-á em metas, critérios de priorização e pré-requisitos fixados através de edital, previstos neste instrumento.” Vale destacar excerto do artigo e seus parágrafos, para evidenciar percepção estrutural do programa:

§ 1º - O Comitê Técnico será composto por seis membros, sendo 2 (dois) indicados pelo MEC, 2 (dois) indicados pelo Ministério da Cultura - MinC, 1 (um) indicado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes e 1 (um) indicado pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Conif, nomeados por portaria conjunta do MEC e do MinC.

§ 2º As instituições selecionadas, e suas parceiras, passam a integrar o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura.

§ 3º - O Comitê Técnico fará a seleção dos Planos de Cultura conforme estabelecido nos arts. 5º e 6º desta Portaria. (BRASIL, 2013, s.p.)

As instituições relativas ao parágrafo 1º, são as Universidades Federais e as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e, relativas ao parágrafo 2º, as outras instituições de caráter cultural, artístico ou educacional para as finalidades do PMCU, atentando também às Universidades Estaduais e Municipais que podiam ser beneficiadas indiretamente pelo Programa por meio de projetos parceiros às IFES.

Fundamentados no Art. 10, da portaria interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013, o MEC reservou ao Programa recursos orçamentários e financeiros que seriam destinados às IFES, desde que selecionadas no edital, garantindo aporte de recursos para execução das atividades supracitadas resguardando juridicamente a verba destinada, especificamente no que concerne a:

I - Ações relacionadas ao desenvolvimento de atividades artísticas e culturais, articuladas com ensino, pesquisa, extensão nos diferentes níveis e modalidades de ensino, voltadas aos diferentes níveis de formação (básico, técnico, graduação e pós-graduação, *lato* e *strictu sensu*) e aos diferentes segmentos sociais envolvidos nas ações; e
II - aquisição de equipamentos, serviços e despesas de custeio associadas às atividades decorrentes do Programa e definidas no Plano de Cultura aprovado por edital. (BRASIL, 2013, s.p.)

Com o lançamento do edital, realizado dia 08 de outubro de 2014, coube à Comissão Técnica receber os projetos, realizar as primeiras triagens, formar a comissão de seleção, etc. Esta primeira fase do programa foi implementada ao longo de 2014 pela Comissão interministerial - Cultura e Educação. Já a descentralização dos recursos financeiros do PMCU tinham como origem o orçamento do MEC e sua forma de repasse utilizava os instrumentos que o MEC já praticava. Segundo enunciado no caput do Art. 11, da portaria interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013,

As despesas decorrentes deste instrumento correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC, observados os limites estipulados pelo Poder Executivo na forma da legislação orçamentária e financeira. (BRASIL, 2013, s.p.)

Esta questão foi muito criticada e debatida nos eventos que articularam o PMCU, sob os argumentos pautados nas

proposições do SNC e no PNC, que tinham como princípios a integração dos entes federativos (União, Estados e Municípios) e, o edital contemplou apenas às IFES, não beneficiando diretamente as Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior. A ex-Secretária de Educação e Formação Artístico Cultural do MinC, Sra. Juana Nunes, entrevistada em 2014 pelos autores, quando ainda geria a Diretoria de Educação e Comunicação para a Cultura da SPC/MinC, justificou que para que o lançamento do programa não tivesse mais atrasos, ficou definido que, à princípio, apenas a esfera Federal do ensino superior seria contemplada, em razão dos procedimentos burocráticos e da modalidade de descentralização de recursos do MEC facilitar o trâmite nesta via.

Evidenciamos o desafio da institucionalização das políticas culturais a partir desta questão, no tocante à discussão sobre a prática do Federalismo nas políticas de cultura. Sobre a complexidade do Federalismo, Cunha & Ribeiro (2013) afirmam que este se dá a partir da impossibilidade dos instrumentos legais da federação estarem subordinados à estrutura constitucional da União, que centraliza e muitas vezes enrijece os métodos de aplicação das políticas (CUNHA; RIBEIRO, 2013, p.13-41).

Conforme descrito, as Universidades Estaduais e Municipais podiam participar do programa, figurando como parceiros das IFES, parceria que também poderia se realizar com qualquer instituição cultural e educacional, oportunizando redes de articulação. O que não era viável para o Programa, naquele momento, era o envio dos recursos para as Universidades Estaduais e Municipais por meio do mecanismo da descentralização direta já praticado

com as IFES com a finalidade de execução do contrato firmado pelo PMCU.

Sendo assim, a movimentação orçamentária, necessariamente, para que houvesse a inclusão das Universidades Estaduais e Municipais, ocorreria por convênio, o que geraria mais um monitoramento burocrático e, conseqüentemente, uma demanda maior de trabalho operacional, cujo Ministério não tinha condições de executar. A perspectiva otimista da época era que esta questão fosse superada ao longo do processo, o que acabou não acontecendo.

O recorte para o gerenciamento desta verba fica claro no do Art. 8º, da portaria interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013:

Art. 8º - Para o atendimento dos Planos de Cultura aprovados pelo Comitê Técnico serão utilizados instrumentos próprios já utilizados pelo MEC que fixarão os recursos financeiros destinados às instituições selecionadas dentre as relacionadas no § 1º do art. 1º, selecionadas, vinculando os repasses ao cumprimento das etapas.
Parágrafo único - O atendimento dos Planos de Cultura é condicionado à capacidade orçamentária e operacional do MEC. (BRASIL, 2013, s.p.)

Desde o início de sua articulação, o PMCU expressou a intenção de estimular o pensamento crítico sobre o lugar das políticas de cultura no ensino. Com este intuito, a demanda induzida pretendia que as IFES organizassem, respeitando seu projeto político pedagógico, um Plano de Cultura para a Universidade (PCU). Assim, o edital enfatizou a necessidade das IFES interessadas em participar elaborarem um Plano de Cultura que contemplasse objetivos, ações e metas para um período de 12 a 24 meses,

como requisito obrigatório do critério de seleção dos projetos.

Os PCUs inscritos deveriam realizar o desafio de articular e promover a interface de diálogo entre educação, arte e cultura, estabelecendo objetivos, ações e metas que foram desenvolvidos por um período de até dois anos, considerando sua relação com as manifestações, expressões, produções artísticas e culturais e seu território. Conforme enunciado no caput do Art. 5º, da portaria interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013.

Algumas universidades aceleraram seu engajamento na construção de seus Planos de Cultura a partir do lançamento da portaria 18 em dezembro de 2013, à exemplo da Universidade Federal da Paraíba, que já havia feito assembleias e plenárias para sua construção, na compreensão da importância desta elaboração para além do projeto que eles inscreveram no edital do PMCU. Entretanto, como previsto, a maioria das Universidades do país só se envolveram efetivamente com esta questão no momento do lançamento do edital. O MinC tinha em vista que um processo legítimo de elaboração de um Plano de Cultura Universitário não ocorreria no espaço de tempo de apenas alguns meses, para inscrição no Programa. A ideia estava baseada em que esta fosse uma instância de elaboração primária, podendo ser amadurecida futuramente em um plano de cultura mais abrangente e aprofundado. Ainda com as limitações burocráticas, havia a intenção de alinhamento da política com o contexto institucional que vinha sendo delineado com a implantação do SNC. A expectativa estava em estabelecer uma política de Estado e

não de Governo, convergindo as ações entre o MEC e o MinC no ensino superior.

Em 2016, entretanto, como as mudanças decorrentes do processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff, as iniciativas conjuntas dos ministérios sofreram fortes descontinuidades, a exemplo do que ocorreu com as políticas de educação e de cultura no país. Desde a instauração dos cortes de gastos com cultura e educação e o contingenciamento orçamentário das instituições de ensino superior, o PMCU foi sendo sufocado, algumas IFES receberam os aportes da primeira parcela para execução dos seus PCU, mas não garantiram a continuidade dos recursos, deixando a cargo das universidades públicas, subsidiar seus próprios projetos, planos e políticas culturais.

Esse panorama de retrocessos, tanto em interesse e apoio do Estado, como na manutenção e ampliação de investimentos nas áreas da cultura e educação de nível superior, sofreram uma crescente de 2016 aos dias atuais. Com a mudança de cenário político e o aprofundamento das crises nas instituições democráticas, testemunhamos o desmonte das políticas para a educação e para a cultura, envolvendo inclusive a extinção do MinC e o esvaziamento de instâncias de participação e de atuação de órgãos do MEC.

As circunstâncias atuais brasileiras, têm se mostrado ainda mais adversas para a cultura, a educação, a ciência e as universidades. Os cortes de orçamento e de programas essenciais nestas áreas; a emenda dos tetos orçamentários que atingiu violentamente as áreas sociais; A extinção do Ministério da Cultura; os ataques desfechados contra a educação e a universidade públicas; as tentativas de

controle, de censura e de fragilização das liberdades demonstram o descaso das classes dominantes brasileiras com estes campos vitais para o desenvolvimento nacional e a superação das imensas desigualdades sociais.

Importa ressaltar que na construção das políticas públicas de cultura no Brasil, a iniciativa do PMCU foi inédita no sentido de se promover a descentralização de recursos para investir em uma agenda de estimativa continuada, capaz de fomentar a integração das políticas de educação e cultura para o ensino superior. Com a participação de 98 das 101 Instituições Federais de Ensino Superior existentes à época do lançamento de seu edital, o PMCU representou um marco nas políticas culturais para o ensino superior brasileiro.

O que aprender com esse processo...

Uma primeira evidência do processo aqui descrito é que ao se restringir os repasses financeiros às IFES, ocorreu uma contradição às diretrizes do SNC, já que tal posição é limitadora e valoriza as instituições federais de ensino superior. A necessidade de maior abrangência de beneficiados pelo o PMCU, obedecendo o pacto federativo, fica evidente na quinta diretriz apontada no Art. 4, da portaria interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013, “articular a educação superior e a educação profissional e tecnológica com a educação básica, visando ao seu fortalecimento, qualificação e a sua articulação no território”. Como a inclusão das esferas Estaduais e Municipais de ensino superior foi bastante debatida nos ambientes de construção do PMCU, e ainda assim não

contemplou os interesses das instâncias, tornou-se o ponto mais desafiante para o aprimoramento do programa. Embora o MinC defendesse um discurso inclusivo para todas as esferas federativas com o SNC e PNC, fomentando políticas para integrar os entes, a iniciativa do PMCU não contemplava, ainda, amplamente esta narrativa.

Outra questão que emerge da experiência relatada, refere-se à não adoção do modelo exitoso do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), que instrumentaliza o repasse de recursos diretamente, operacionalizando, para todas as instituições públicas da rede básica de ensino, sua dotação orçamentária. As escolas, tomadas como unidades executoras, possuíam contas bancárias específicas e recebiam repasses diretos do MEC, sem restrições. Entretanto no PMCU esse modelo de programa não foi aplicado, embora pudesse ser viabilizado por meio de decreto presidencial, assim como foi o do PDDE.

A UNESCO (2012), em sua publicação *Desafios e Perspectivas da Educação Superior Brasileira para a Próxima Década*, já vinha apontando como um dos desafios urgentes o debate sobre a questão das alianças federativas e os pactos que podem e devem ser efetivamente realizados, apontando sugestões:

Alternativa viável para a expansão qualificada da escola superior diz respeito ao fortalecimento do regime de colaboração entre a União e os entes federados (estados, municípios e Distrito Federal), a exemplo do que já acontece com a educação básica por meio do plano de metas Compromisso Todos pela Educação, instituído pelo Decreto 6.094/2007. Ou seja, se existe uma parceria do governo federal com as secretarias municipais e estaduais de educação em prol do desenvolvimento da educação básica, caberia também uma parceria maior com as IES públicas municipais e estaduais. (UNESCO, 2012, p. 158)

Para além do modelo proposto ao Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura, a prospecção do “objetivo de articular e congregar as instituições relacionadas”, explícito no caput do Art. 2º, da portaria interministerial nº 18, de 18 de dezembro de 2013, não construiu efetivamente redes com a sociedade civil de forma a tomá-la como parceira estratégica da política e não apenas como público alvo.

Por fim, é preciso reconhecer, e a pesquisa que ora desenvolvemos pretende elucidar de forma mais detalhada essa questão, que mesmo com a não implementação efetiva do programa e sua interrupção precoce, a ação indutora dessa política pública resultou em saldos positivos de elaboração de planos de cultura em universidades que aderiram ao programa. Além disso, evidenciou a necessidade e fortaleceu as possibilidades de uma organização em rede dos gestores e gestoras de cultura das IFES brasileiras, consolidada na formação do Fórum de Gestão Cultural das Instituições de Ensino Superior (FORCULT) e que desde 2014 realizam encontros visando o desenvolvimento de ações e reflexões conjuntas.

A experiência acumulada e o contínuo e cada vez mais acentuado processo de desmonte das políticas culturais no

brasil, apontam para a necessidade de se manter viva o que, do processo emergiu, além da luta pela retomada do PMCU em um futuro próximo.

Referências

- BARBALHO, ALEXANDRE; RUBIM, ANTÔNIO ALBINO CANELAS (ORGS.). **POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL**. SALVADOR: EDUFBA, 2007.
- BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. ARTIGOS 205, 206, 207, 208, 210, 214, 215, 216 E 216-A. BRASÍLIA, DF: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2016. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.PLANALTO.GOV.BR/CCIVIL_03/CONSTITUICAO/ CONSTITUICAO.HTM](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). ACESSO EM: 8 DEZ. 2021.
- _____. ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA NO. 001:2011. DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES CONJUNTAS ENTRE O MINISTÉRIO DA CULTURA E O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM POLÍTICA DE CULTURA PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, COM VISTAS A FAZER DA ESCOLA O GRANDE ESPAÇO PARA A CIRCULAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA, ACESSO AOS BENS CULTURAIS E RESPEITO À SUA DIVERSIDADE. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**: SEÇÃO 03, BRASÍLIA, DF, P. 25, 16 DEZ. 2011.
- _____. DECRETO NO 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007. INSTITUI O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**: SEÇÃO 03, BRASÍLIA, DF, P. 07, 25 ABRIL 2007.
- _____. **EDITAL MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES**. INSTITUI O PROGRAMA DE APOIO A PLANOS DE REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS – REUNI. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**: SEÇÃO 03, BRASÍLIA, DF, P. 57, 08 OUT. 2014.
- _____. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 18, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013 - INSTITUI O PROGRAMA MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES E O FÓRUM NACIONAL DE FORMAÇÃO E INOVAÇÃO EM ARTE E CULTURA. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**: SEÇÃO 01, BRASÍLIA, DF, P. 102- 103, 19 DEZ. 2013.
- _____. PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 06, DE 29 DE MAIO DE 2014 - NOMEAÇÃO DO COMITÊ TÉCNICO DO PROGRAMA MAIS CULTURA NAS UNIVERSIDADES. **DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**: SEÇÃO 02, BRASÍLIA, DF, P. 34, 30 MAIO 2014.
- CALABRE, LIA. **POLÍTICA CULTURAL NO BRASIL: UM HISTÓRICO**. 2005. TRABALHO APRESENTADO NO I ENECULT, SALVADOR, 2005.

CUNHA, FRANCISCO HUMBERTO; RIBEIRO, SABRINA. FEDERALISMO BRASILEIRO: SIGNIFICADO PARA A CULTURA. *IN*. BARBALHO, ALEXANDRE; BARROS, JOSÉ MÁRCIO; CALABRE, LIA (ORGS.). **FEDERALISMO E POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL**. SALVADOR: EDUFBA, 2013 p. 13-41.

ENCONTRO NACIONAL DO ENSINO SUPERIOR DAS ARTES, 1., 2014, OURO PRETO, MG. **CARTA DE OURO PRETO**. OURO PRETO: UFOP, 2014

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. **DIRETRIZES DO ESTADO NOVO (1937 - 1945) > EDUCAÇÃO, CULTURA E PROPAGANDA**. CPDOC/FGV, 2020.

DISPONÍVEL EM:

[HTTPS://CPDOC.FGV.BR/PRODUCAO/DOSSIES/AERA VARGAS1/ANOS37-45/EDUCACAO CULTURA PROPAGANDA](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/educacao/cultura/propaganda). ACESSO EM: 27 NOV. 2021.

MORIN, EDGAR. **OS SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO**. 3A. ED. - SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.

SEMINÁRIO CULTURA E UNIVERSIDADE, 1., 2014, SALVADOR, BA. **REVISTA 1º SEMINÁRIO CULTURA E UNIVERSIDADE: BASES PARA UMA POLÍTICA NACIONAL DE CULTURAL PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR**. SALVADOR: UFBA, 2014.

SPELLER, PAULO; ROBL, FABIANE; MENEGHEL, STELA MARIA (ORGS.). **DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA PARA A PRÓXIMA DÉCADA**. BRASÍLIA: UNESCO/CNE/MEC, 2012.